



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

JS
W

1ª Câmara de Direito Público

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº. 0333635-0 (NPU nº. 0004239-14.2014.8.17.0000)

Agravante: João Cabral de Souza Neto

Agravado: Município do Recife

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL. DECISÃO TERMINATIVA. FUNGIBILIDADE RECURSAL. RECURSO RECEBIDO COMO AGRADO LEGAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. IPTU. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INTERRUPTÃO PELO DESPACHO VIRTUAL DE CITAÇÃO. INÉRCIA DO JUDICIÁRIO. APLICABILIDADE DA SÚMULA Nº. 106 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA.

1. Saliento que, das decisões terminativas cabe o recurso do artigo 557 do Código de Processo Civil, de forma que, com base no princípio da fungibilidade recursal, recebo o presente como Agravo legal.
2. O prazo prescricional para cobrança de um tributo é de 05 (cinco) anos a partir do momento da constituição do crédito tributário (Artigo 174 do Código Tributário Nacional). O crédito tributário constitui-se com o lançamento, que é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador e a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo.
3. Consta da Certidão de Dívida Ativa que os créditos tributários devidos pelo agravante foram constituídos nos anos de 2002, 2003 e 2004, tendo nestes anos começado o prazo prescricional para a sua cobrança. O Município do Recife iniciou o processo eletronicamente em 08 de dezembro de 2005.
4. Considerando a interrupção do prazo prescricional em 08 de dezembro de 2005, quando já em vigor a Lei Complementar nº. 118/2005, neste momento recomeçou a contagem da prescrição. O que se conclui, então, é que os créditos de IPTU não prescreveram, considerando a interrupção do prazo prescricional com o despacho inicial de citação, nos moldes do artigo 174, I do CTN, alterado pela Lei Complementar nº. 118/2005.

ESK



76
22

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

5. Os autos foram remetidos fisicamente à vara no dia 14/09/2009, quando ainda não prescritos os créditos, ante a interrupção do prazo prescricional no dia 08/12/2005.
6. Após tal data, a paralisação dos autos até a interposição de exceção de pré-executividade pelo devedor, em 2012, deu-se por culpa do Judiciário, que não procedeu à citação do devedor, como requerido na Certidão de Dívida Ativa.
7. Entendo, pois, aplicável à espécie a Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça: *"Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência"*.
8. Recurso desprovido, devendo ser mantida a Decisão Terminativa vergastada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo no Agravo de Instrumento nº. 0333635-0, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria de votos, conhecer do Agravo Regimental como Agravo Legal e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº. 0333635-0 (NPU nº. 0004239-14.2014.8.17.0000)

Agravante: João Cabral de Souza Neto

Agravado: Município do Recife

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo proposto por João Cabral de Souza Neto contra Decisão Terminativa proferida nos autos do Agravo de Instrumento, a qual negou provimento ao recurso, mantendo a decisão interlocutória que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta pelo devedor.

A execução fiscal, referente a débitos fiscais de IPTU dos anos 2002, 2003 e 2004, foi distribuída eletronicamente dia 08 de dezembro de 2005 e encaminhada fisicamente ao Judiciário em 14 de setembro de 2009.

O devedor opôs exceção de pré-executividade, às fls. 23/24, defendendo a ocorrência da prescrição dos créditos.

O Juízo da 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital proferiu decisão, às fls. 36/40-v, rejeitando a exceção de pré-executividade oposta, e determinando o prosseguimento da Execução Fiscal.

Inconformado, o executado interpôs Agravo de Instrumento, defendendo a prescrição dos créditos, ante a nulidade do despacho inicial de citação, que se deu em feriado forense municipal.

Foi proferida Decisão Terminativa às fls. 47/51, negando provimento ao recurso.

Irresignado, o devedor propôs o presente Recurso de Agravo, alegando que inobstante o despacho virtual por chancela eletrônica ter se dado em 08/12/2005, os autos só foram remetidos à Vara do Juízo *a quo* em 14/19/2009 e ficaram paralisados até 26/03/2013.



23
D

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Pugna, então, pela reconsideração da decisão ora agravada ou, caso assim não se entenda, a remessa à 1ª Câmara de Direito Público para que seja dado provimento ao Agravo de Instrumento.

É o relatório.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



29
18

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº. 0333635-0 (NPU nº. 0004239-14.2014.8.17.0000)

Agravante: João Cabral de Souza Neto

Agravado: Município do Recife

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO DE MÉRITO

Saliento que, das decisões terminativas cabe o recurso do artigo 557 do Código de Processo Civil, de forma que, com base no princípio da fungibilidade recursal, recebo o presente como Agravo legal.

O prazo prescricional para cobrança de um tributo é de 05 (cinco) anos a partir do momento da constituição do crédito tributário (Artigo 174 do Código Tributário Nacional). O crédito tributário constitui-se com o lançamento, que é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador e a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo.

A prescrição do crédito tributário é regida pelo artigo 174 do Código Tributário Nacional c/c a Lei Complementar n. 118/2005.

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I - pela citação pessoal feita ao devedor; II - pelo protesto judicial; III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Com o advento da Lei Complementar nº. 118/2005, o artigo 174, inciso I, foi alterado, passando a ter a seguinte redação: *I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.*

No caso do IPTU, o lançamento, o qual constitui o crédito tributário, e o termo inicial da prescrição para a sua cobrança, dão-se com a data do vencimento previsto no carnê de pagamento. Este é o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça:

GRM



80
H

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Ementa: **TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. ART. 219, § 5º, DO CPC. RECURSO REPETITIVO JULGADO. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ENTREGA DO CARNÊ. RECURSO REPETITIVO JULGADO. 1. O conhecimento de ofício da prescrição ocorreu, na espécie, após a vigência da Lei n. 11.280/06, a qual conferiu nova redação ao art. 219, § 5º, do CPC. Nesses casos, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pacífico no sentido de que o reconhecimento da prescrição pode ser feito pelo magistrado sem a prévia oitiva da Fazenda. A propósito, registre-se que o tema em debate foi objeto de apreciação pela Primeira Seção, ao julgar o REsp 1.100.156/RJ, mediante a sistemática prevista no art. 543-C do CPC (recursos repetitivos). 2. O Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação no sentido de que a constituição definitiva do crédito tributário no caso do IPTU, se dá com a notificação ao contribuinte por meio da entrega do carnê no seu endereço. A propósito, registre-se que o tema em debate foi objeto de apreciação pela Primeira Seção, ao julgar o REsp 1.111.124/PR, mediante a sistemática prevista no art. 543-C do CPC (recursos repetitivos). 3. Recurso especial não provido. (Processo: REsp 1115932 RJ 2009/0074086-7, Relator(a): Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Julgamento: 02/09/2010, Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA).**

EMENTA: **PROCESSUAL CIVIL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO. PRECEDENTES. 1. O termo inicial da prescrição referente ao IPTU é a data de vencimento prevista no carnê de pagamento. Precedentes. 2. Embargos de declaração conhecidos como agravo regimental. Agravo não provido. (EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 44.530 - RS (2011/0129170-7), RELATOR: MINISTRO CASTRO MEIRA, Publicação: 20/03/2012).**

Consta da Certidão de Dívida Ativa que os créditos tributários devidos pelo recorrente foram constituídos nos anos de 2002, 2003 e 2004, tendo nestes anos começado o prazo prescricional para a sua cobrança. O Município do Recife iniciou o processo eletronicamente em 08 de dezembro de 2005.

Considerando a interrupção do prazo prescricional em 08 de dezembro de 2005, quando já em vigor a Lei Complementar nº. 118/2005, neste momento recomeçou a contagem da prescrição. O que se conclui, então, é que os créditos de IPTU não prescreveram,



81
K

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

considerando a interrupção do prazo prescricional com o despacho inicial de citação, nos moldes do artigo 174, I do CTN, alterado pela Lei Complementar nº. 118/2005.

Sobre a interrupção do prazo prescricional, colaciono julgados do Superior Tribunal de Justiça:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. LC N. 118/2005. - O despacho que ordenou a citação, ocorrido em 03.10.2005, foi posterior à vigência da LC n. 118/2005 e, portanto, tem o condão de suspender o prazo prescricional. Agravo improvido. Não merece guarida o argumento esposado na sentença de 1º grau de que o despacho inicial de citação é nulo, pois proferido em dia de feriado forense, já que 08 de dezembro é feriado municipal. (Processo: AgRg no AREsp 1320 SE 2011/0041030-4, Relator(a): Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Julgamento: 14/04/2011, Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA, Publicação: DJe 29/04/2011).

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - PRESCRIÇÃO - LC 118/2005 - VIGÊNCIA DE NORMA PROCESSUAL - ART. 174 DO CTN - INTERRUPTÃO - DESPACHO ORDENANDO CITAÇÃO POSTERIOR À VIGÊNCIA DE NOVA LEI - PROCESSO EM CURSO. 1. A Lei Complementar 118/2005 (vigência a partir de 09/06/2005), alterou o art. 174 do CTN para atribuir ao despacho do juiz que ordenar a citação o efeito interruptivo da prescrição. 2. Por se tratar de norma processual, deve ser aplicada imediatamente aos processos em curso, podendo a data da propositura da ação ser anterior à sua vigência, embora a data do despacho que ordenar a citação deva ser posterior à entrada em vigor da norma processual. 3. Recurso especial provido. (Processo: REsp 1156250 RS 2009/0173810-3, Relator(a): Ministra ELIANA CALMON, Julgamento: 23/02/2010, Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA, Publicação: DJe 04/03/2010).

Os autos foram remetidos fisicamente à vara no dia 14/09/2009, quando ainda não prescritos os créditos, ante a interrupção do prazo prescricional no dia 08/12/2005.

Após tal data, a paralisação dos autos até a interposição de exceção de pré-executividade pelo devedor, em 2012, deu-se por culpa do Judiciário, que não procedeu à citação do devedor, como requerido na Certidão de Dívida Ativa.

GDK



32
12

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Entendo, pois, aplicável à espécie a Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça: *"Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência"*.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL – IPTU – PRESCRIÇÃO – DEMORA NA CITAÇÃO IMPUTADA AO MECANISMO JUDICIÁRIO – SÚMULAS 07 E 106/STJ ENTENDIMENTO REAFIRMADO POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DO RESP 1.102.431/RJ, SUBMETIDO AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC – RECURSO INFUNDADO – APLICAÇÃO DE MULTA – VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO – INOCORRÊNCIA. 1. A Primeira Seção desta Corte, em 09 de dezembro de 2009, no julgamento do REsp 1.102.431/RJ, submetido ao regime do art. 543- C do CPC, reafirmou o entendimento de que "a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106/STJ." 2. Se a parte insiste na tese de mérito já solucionada em julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, o recurso é manifestamente infundado. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do CPC, art. 557, § 2º. (STJ - AgRg no Ag: 1285896 MS 2010/0046543-4, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 10/08/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/08/2010, undefined)

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA EM PRÉ-EXECUTIVIDADE. LEGITIMIDADE DA EXCIPIENTE, ADQUIRENTE DO IMÓVEL. CULPA EXCLUSIVA DO JUDICIÁRIO. SENTENÇA ANULADA. 1. Na hipótese, em que se pode concluir que a apelada é a atual proprietária do imóvel cujo débito de IPTU originou a execução fiscal, e considerando-se a natureza propter rem do débito, é de se afirmar que a mesma é parte legítima para atuar no pólo passivo da presente lide. 2. O reconhecimento da ocorrência da prescrição intercorrente pelo magistrado, no bojo da execução fiscal, pressupõe (i) a prévia intimação da Fazenda

6




63

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Pública exequente para que possa alegar qualquer fato impeditivo ou suspensivo da prescrição e, ultrapassado esse óbice, (ii) a verificação da concorrência de culpa pela paralisação processual, pois se houver culpa exclusiva da máquina judiciária, não se caracterizará o decurso do lapso prescricional. 3. No caso, conquanto tenha deixado transcorrer in albis o prazo para se manifestar, a Fazenda exequente foi regularmente intimada para se pronunciar sobre a exceção de pré-executividade, em que arguida a ocorrência da prescrição do crédito exequendo. 4. Conforme preceitua o art. 219, § 2º, do CPC, incumbe à parte autora promover a citação, mas a referida promoção se refere ao fornecimento de meios a fim de que a estrutura do Judiciário efetive o ato citatório para a formação da relação processual. 5. No caso, o mandado de citação jamais retornou aos autos (cumprido ou não), tendo a exceção de pré-executividade sido apresentada após quase 10 (dez) anos da sua expedição. 6. Nesse contexto, não há como atribuir à Fazenda culpa pela demora no andamento processual, que se deveu exclusivamente a embaraços próprios da estrutura do Judiciário, a atrair a incidência da Súmula 106 do STJ. 7. Apelo provido, por unanimidade. (TJ-PE - AC: 173600 PE 00260152919988170001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 16/04/2009, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 77, undefined)

Desta forma, **VOTO PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO**, devendo ser mantida a Decisão Terminativa vergastada.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



★

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 10.06..2014
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 333635-0 –
RECIFE
AGRAVANTE: JOÃO CABRAL DE SOUZA NETO
AGRAVADO: MUNICÍPIO DO RECIFE
RELATOR: DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 77 A 83 DOS AUTOS.

DECISÃO

“POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE
AGRAVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, VENDIDO O
DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA”.
